

THAIS PAULLINE SOUSA COSTA

Disciplinas	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Professores	Titulação
Ética Geral e Profissional	30 horas/aula	100%	100,0	Fernando de Souza Costa	Mestre
Metodologia Científica	20 horas/aula	100%	100,0	Márcio Cesar Chiachio	Doutor
Direitos Humanos	30 horas/aula	100%	100,0	Walter Bastianini Neto	Especialista
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	20 horas/aula	100%	100,0	Carla Nogueira	Especialista
Docência do Ensino Superior	30 horas/aula	100%	80,0	Josana Erlacher Del Arco	Especialista
Inovações Tecnológicas	30 horas/aula	100%	80,0	Rafael Pierini	Especialista
Direito Administrativas e Novas Tecnologias	60 horas/aula	100%	100,0	Michelle Cristina Waitman da Fonseca	Mestre
Estruturas e Mecanismos de Controle	60 horas/aula	100%	100,0	Melissa Melanie Murari	Especialista
Processo Administrativo Disciplinar	60 horas/aula	100%	100,0	Lucas Agostini	Mestre
Estrutura da Administração Pública	60 horas/aula	100%	90,0	Elizabete Máximo Reame	Mestre
Controle Judicial de Políticas Públicas	60 horas/aula	100%	80,0	Michelle Cristina Waitman da Fonseca	Mestre
Finanças Públicas e Orçamento	60 horas/aula	100%	100,0	Márcio Rogério Martins	Especialista
Processo Administrativo Tributário	60 horas/aula	100%	80,0	Fernando de Souza Costa	Mestre
Currículo na Formação da cidadania	60 horas/aula	100%	100,0	Elizabete Máximo Reame	Mestre
Regime Previdenciário da Administração Pública	60 horas/aula	100%	90,0	Michelle Cristina Waitman da Fonseca	Mestre

O curso cumpriu todas as disposições da resolução CNE/CES nº 01, de 08/06/2007. Registrado em livro de expedição de certificado do centro de pós-graduação da Faculdade do Vale Elvira Dayrell.

Registro: 3643 **Livro:** 001 **Página:** 21

Data de Colação de Grau da Graduação: 27/02/2019

DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA (700h)

Objetivos

O curso de pós-graduação em **Direito Administrativo e Gestão Pública**, tem como objetivo formar profissionais buscando o aprofundamento do conhecimento e a interdisciplinaridade com as áreas Constitucional, Internacional, Processual e Previdenciária, levando em conta aspectos sociais, através de processos didáticos de ensino de conteúdos e de avaliação permanente do desempenho acadêmico do aluno durante todas as etapas e atividades integrantes do Curso.

Público Alvo

A pós-graduação em **Direito Administrativo e Gestão Pública**, destina-se a profissionais graduados em Direito.

Matriz Curricular

Módulo	Componentes Curriculares	Carga Horária
1	Ética Geral E Profissional	40h
2	Metodologia Científica	40h
3	Direitos Humanos	40h
4	Língua Brasileira de Sinais – Libras	40h
5	Docência do Ensino Superior	40h
6	Inovações Tecnológicas	40h
7	Direito Administrativo e Novas Tecnologias	40h
8	Estruturas e Mecanismos de Controle	60h
9	Processo Administrativo	60h
10	Estrutura da Administração Pública	60h
11	Controle Judicial de Políticas Públicas	60h
12	Finanças Públicas e Orçamento	60h
13	Processo Administrativo Tributário	30h
14	Licitações	30h
15	Trabalho De Conclusão De Curso - TCC	40h
	Carga Horária	700h

Metodologia

A metodologia, prevista para o curso, em conformidade com a resolução MEC 01 de 06 de abril de 2018, atende ao desenvolvimento de conteúdo, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área. Sua metodologia de ensino é direcionada às boas práticas da educação a distância, e sua organização curricular é constituída por unidades de forma que seus componentes curriculares evidenciem interdisciplinaridade e o cumprimento da formação dos objetivos do curso, perfil do egresso, habilidades e competências. Desta forma, a metodologia do ensino a distância da IES, foi desenvolvida para que os estudantes tenham acesso ao curso de especialização, disponibilizado pela

internet, por meio do portal de estudos: AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).

Sistema Avaliativo

A avaliação formal realizada ao final de cada módulo/disciplina, abrangendo todo o conteúdo estudado, pode ser composta por questões discursivas, estudos de caso ou múltipla escolha e deverá ser realizada dentro do período previsto para a integralização do curso.

A avaliação da aprendizagem e do desempenho escolar verificada por disciplina/módulo, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento das atividades e dos conteúdos ministrados em cada uma delas.

Será considerado **aprovado** em cada disciplina o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 70 (setenta), considerando uma escala numérica de notas de 0 (zero) a 100 (cem) e que tenha obtido frequência mínima de **75% (setenta e cinco por cento)**.

Estágio Supervisionado (Carga Horária: 150 horas):

- Opcional conforme a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.
- Obrigatório para registro em associação e conselhos profissionais, e concursos públicos.

Elaboração e Entrega de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC:

- Opcional conforme a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.
- Obrigatório para registro em associação e conselhos profissionais, e concursos públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISCIPLINA: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL – 40h

EMENTA: Ética; A Idade Antiga; Aristóteles; Sócrates; Platão; Moral; Relação Ética E Moral; Ética Cristã; Idade Média; Santo Agostinho; Tomás De Aquino; Ética Protestante E O Espírito Do Capitalismo (Weber); Immanuel Kant; Moral Kantiana; Ética Profissional; Deontologia; Códigos De Ética; Tipos De Código De Ética; Tendências Códigos De Ética Profissional; Características Fundamentais De Uma Conduta Ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARCHER, Luís (coord.). **Bioética**. São Paulo: Editorial Verbo, 1996.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2006.

CORTINA, A.; MARTINEZ, E. **Ética**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DURANT, W. (S/D). **História da Filosofia**. Lisboa: Livros do Brasil, p. 274 – 275.

FERNANDES, Vladimir. **Filosofia, comunicação e ética**. São Paulo: Editora Sol, 2011, p. 92.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.

GAMBRA, R. **História da Filosofia**. Lisboa: Planeta Editora, 1993, p. 186.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA – 40h

EMENTA: Tipos De Trabalhos Científicos; Conceitos De Pesquisa Científica; Etapas Da Pesquisa Científica; Projeto De Pesquisa; Introdução; Delimitação Do Tema; Problema De Pesquisa; Hipóteses; Definição Dos Objetivos; Justificativa; Referencial Teórico; Metodologia; Recursos; Cronograma; Referências; Estrutura De Um Trabalho Acadêmico; Elementos Pré-Textuais; Elementos Textuais; Elementos Pós-Textuais; Regras Da Abnt; Regras Gerais De Formatação; Elementos Sem Título E Sem Indicativo Numérico; Títulos; Títulos Sem Indicativo Numérico; Indicativos De Seção; Numeração Progressiva; Elementos De Apoio Ao Texto; Citação; Notas De Rodapé; Alíneas; Ilustrações; Tabelas; Numerais; Dicas Importantes; Sites Interessantes Para Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Loyola, 1999.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

AZEVEDO, Fernando de et al. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 65 (150), p. 407-425, mai/ago. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FACHIN, Otilia. **Fundamentos da metodologia**. 4. ed. São paulo: Saraiva, 2003.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP). **Código de ética do Centro Universitário FECAP**. São Paulo: FECAP, 2010.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS – 40h

EMENTA: Conceito; Direitos Humanos E Direitos Fundamentais ; Funções E Características Dos Direitos Humanos; As Constituições Brasileiras E A Evolução Dos Direitos Humanos; Direitos Humanos No Mundo: História, Fundamentos; História Das Declarações De Direitos; Fundamentos Teóricos Distintos; Mitos E Verdades Sobre Os Direitos Humanos; Expressão Formal Dos Direitos Humanos; Direitos Humanos No Brasil; Violência E A Agenda De Direitos Humanos No Brasil: Uma Agenda A Ser Construída.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARISTÓTELES. Política. **Obras**. Madeira: 2º Ed. Aguilar, 1973. Verbete 1252.

BASTIAT, Frédéric. **A Lei**. Tradução de Ronaldo Silva Legey. 3 Ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010, pág. 24.

BÖHM-BAWERK, Eugene von. **A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010, p. 15-16.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8º ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BRANDÃO, Guíldo Marçal. Hegel: **O Estado como Realização Histórica da Liberdade**. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os Clássicos da Política, Vol. II. São Paulo: Ática, 2001, p. 106-108.

CASADO FILHO, Napoleão. **Direitos Humanos e Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 69-72.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2011, pág. 137.

DEL VECCHIO, Giorgio. **História da Filosofia do Direito**. Tradução de João Baptista da Silva. Belo Horizonte: Líder, 2006, p. 23-109.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 40h

EMENTA: Fundamentos Da Língua Brasileira De Sinais (Libras); Terminologias; Concepções De Surdez; Cultura Surda; Identidade Surda; Abordagens Educacionais; O Tradutor E Intérprete De Língua De Sinais (Tils); Tipos De Discurso; Código De Ética; O Futuro Profissional Do Tradutor E Intérprete De Língua De Sinais; Legislação Inclusiva; Documentação Internacional Inclusiva; Legislação Inclusiva Brasileira; Legislação Para A Inclusão De Surdos; Lei Libras: Conquista Histórica; Aspectos Linguísticos Da Língua Brasileira De Sinais (Libras); Iconicidade E Arbitrariedade; Variações Linguísticas; Fonologia Da Língua Brasileira De Sinais; Morfologia Da Língua Brasileira De Sinais; Libras Como Instrumento De Inclusão Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 25 mar 2022.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. 25 mar 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, L. F. et. al. Língua Brasileira de Sinais-Libras. In: (Org.) BRASIL, **Secretaria de Educação especial**. Brasília: SEESP, 1998.

CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 20. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORDEIRO, S. P. R. L. (2014). **Ensino-Aprendizagem do Sujeito Surdo: um estudo de caso**. Dissertação de mestrado em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2014.

FELIPE, T. A. **O processo de formação de palavra na Libras**. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.200-217, jun. 2006.

FERREIRA, L. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

DISCIPLINA: DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR – 40h

EMENTA: Didática E Identidade Docente No Ensino Superior; O Papel Da Didática Na Formação Do Professor: Abordagens E Fundamentos Teóricos; Conceito De Didática; Evolução Histórica Da Didática; A Didática E A Construção Da Identidade Docente No Ensino Superior; Teoria E Prática Docente; Organização Do Trabalho Pedagógico E Avaliação Formativa No Ensino Superior; A Sala De Aula: Espaço De Mediação, Produção E Apropriação Do Conhecimento; Planejamento E Avaliação No Ensino Superior; Métodos E Metodologias De Ensino; Concepções E Práticas De Avaliação Da Aprendizagem; Docência E As Tecnologias Da Informação E Comunicação; (Tics) No Ensino Superior; A Docência No Ensino Superior E As Tecnologias Da Informação E Comunicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANASTASIOU, L. G. C. **Metodologia de Ensino na Universidade Brasileira: elementos de uma trajetória**. Campinas: Papirus, 2001.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Ed. 70, Lisboa, 1977.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 5º ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOTOMÉ, S. P. **Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais**. *Interação em Psicologia*, v. 5, n. 1, 2005.

CALDEIRA, A. M. S. **A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 95, 1995.

CANTERLE, N. M. G.; FAVARETTO, F. **Proposta de um modelo referencial de gestão de indicadores de qualidade na instituição universitária**. *Ensaio*, v. 16, n. 60, p. 393-412, 2008.

CANDAU, V. M. **A didática hoje: uma agenda de trabalho**. In: _____, *Didática, Currículo e Saberes Escolares*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 149-160.

CASTANHO, M. E. L. M. **A criatividade na sala de aula universitária**. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L. M. (Orgs.). *Pedagogia Universitária: a aula em foco*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 75-89.

DISCIPLINA: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS – 40h

EMENTA: Inovação Versus Tecnologia; A Tecnologia Da Informação E A Comunicação; A Interatividade Na Tecnologia Da Educação; A Criatividade, Tecnologia E Educação; Tecnologia, Criatividade E Aprendizagem; Formação

Docente E Práticas Pedagógicas Diante Das Inovações Tecnológicas; Práticas Pedagógicas E Fazer Docente: A Discussão Ainda/Sempre Necessária; As Tecnologias Digitais E Suas Possibilidades Pedagógicas; Ava (Ambiente Virtual De Aprendizagem): Do Ead Ao Ensino Presencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2004.

ARETIO L. G.; CORBELLA, M. R.; FIGAREDO D. D. **De la Educación a Distancia a La Educación Virtual**. Barcelona: Ariel, 2007.

CARNEIRO, M.L.F; TURCHIELO, L.B.(Orgs). **Educação a distância e tutoria: considerações pedagógicas e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2013, 148p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEWEY, J. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DIAS, R. A.; LEITE, L. S. **Educação a distância: uma história, uma legislação, uma realidade**. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Curso de Pedagogia, n. 3, 2007.

FERREIRA, M. J. M. A. **Novas tecnologias na sala de aula**. Monografia do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABRIEL, M. **Educar: A Revolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GIRAFFA, L. M. M. Uma odisséia no ciberespaço: o software educacional dos tutoriais aos mundos virtuais. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 1, p. 1-13, 2009.

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E NOVAS TECNOLOGIAS – 60h

EMENTA: Direito Administrativo E Novas Tecnologias: Aspectos Conceituais Do Direito Administrativo: Novas Tecnologias; As Novas Tendências Do Direito Administrativo: Inovações Do Direito Administrativo; Lgpd; Compliance Digital; Compliance No Direito Administrativo; Governo Digital: O Princípio Da Transparência; O Princípio Da Inovação; Direito Administrativo Para O Governo Digital; Correntes Modernas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Direito Administrativo e Novas Tecnologias: Uma Abordagem Contemporânea**. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** Lei nº 13.709/2018. Brasília: Presidência da República, 2018.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Inovações no Direito Administrativo:** Tendências e Desafios. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Compliance Digital:** Aspectos Jurídicos e Práticos. Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Governo Digital e o Princípio da Transparência.** Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Direito Administrativo para o Governo Digital:** Novas Perspectivas. Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Compliance no Direito Administrativo:** Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Princípio da Inovação no Direito Administrativo:** Desafios Atuais. Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: ESTRUTURAS E MECANISMOS DE CONTROLE – 60h

EMENTA: Organização Da Administração Pública Noções Gerais De Estrutura Da Administração Pública: Poderes E Órgãos; Relação Entre O Estado E Seus Agentes: Teoria Do Mandato; Teoria Da Representação; Teoria Do Órgão; Exceções Da Teoria Do Órgão; Classificação Dos Órgãos Públicos Quanto À Sua Base Normativa; Formas De Descentralização Administrativa: Autarquias, Fundações, Empresas Públicas E Sociedades De Economia Mista; Consórcios Públicos: Natureza E Finalidades; Controle Na Administração Pública: Conceito E Natureza Do Controle; Espécies De Controle Na Administração: Controle Legislativo, Judicial E Administrativo; Espécies De Controle Na Administração: Conforme O Momento; Espécies De Controle Na Administração: Conforme A Natureza De Controle; Controle Externo: Tribunal De Contas Da União (Tcu) E Suas Atribuições; Controle Interno: Papel Das Controladorias E Auditorias Internas; O Controle Externo E O Controle Interno; Remédios Constitucionais; Amplitude Material Do Controle; A Lei Anticorrupção E Sua Implementação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Organização da Administração Pública:** Estruturas e Funcionalidades. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Lei Anticorrupção:** Lei nº 12.846/2013. Brasília: Presidência da República, 2013.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Teorias do Mandato e da Representação na Administração Pública.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Descentralização Administrativa:** Autarquias, Fundações e Empresas Públicas. Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Controle na Administração Pública:** Conceitos e Espécies. Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Controle Externo e Interno na Administração Pública.** Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Consórcios Públicos:** Natureza, Finalidades e Aplicações. São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Remédios Constitucionais e a Amplitude Material do Controle.** Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: PROCESSO ADMINISTRATIVO – 60h

EMENTA: Processo Administrativo: Regulamentação - Lei N. 9.784; Princípios: Princípio Da Legalidade; Princípio Da Oficialidade; Princípio Da Motivação; Princípio Da Razoabilidade; Princípio Da Proporcionalidade; Princípio Da Moralidade; Princípio Da Eficiência; Princípio Da Segurança Jurídica; Princípio Do Contraditório E Da Ampla Defesa; Princípio Da Razoável Duração Do Processo; Direitos E Deveres Dos Administrados; Fases Processuais: Instauração; Instrução; Defesa; Relatório; Julgamento Ou Decisão; Reconsideração; Recurso; Processo Administrativo X Procedimento Administrativo; Ato Do Processo Administrativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Processo Administrativo:** Princípios e Fases. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999:** Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal. Brasília: Presidência da República, 1999.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Princípios do Processo Administrativo:** Uma Abordagem Crítica. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Direitos e Deveres dos Administrados no Processo Administrativo.** Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Fases Processuais e Ato do Processo Administrativo.** Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Processo Administrativo x Procedimento Administrativo:** Distinções e Implicações. Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Princípios da Razoabilidade, Proporcionalidade e Moralidade no Processo Administrativo**. São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Contraditório e Ampla Defesa: Fundamentos e Aplicações no Processo Administrativo**. Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60h

EMENTA: Organização Da Administração Pública; Administração Pública Direta E Indireta; Centralizada E Descentralizada; Elementos Do Direito Administrativo; Autarquias; Fundação Pública; Fundação Pública De Direito Público, Fundação Pública De Direito Privado; Empresas Estatais: Empresa Pública, Sociedade De Economia Mista; Organização Formal E Informal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Organização da Administração Pública: Estruturas e Funções**. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Lei das Estatais:** Lei nº 13.303/2016. Brasília: Presidência da República, 2016.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Administração Pública Direta e Indireta: Conceitos e Distinções**. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Autarquias e Fundações Públicas: Estruturas e Competências**. Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Empresas Estatais: Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista**. Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Elementos do Direito Administrativo: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Organização Formal e Informal na Administração Pública**. São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Descentralização Administrativa: Conceitos e Implicações**. Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 60h

EMENTA: Controle Judicial De Políticas Públicas: Conceito E Elementos Do Ato Administrativo; A Atuação Do Controle Judicial: Controle Judicial Para O Inss, O Estado De Direito, A Jurisdição No Contexto Da Separação De Poderes; A Necessidade De Controle Da Atividade Administrativa: O Controle Jurisdicional Incidente Sobre As Atividades Administrativas; Administração Pública: O Controle Jurisdicional Com A Ordem Jurídica; Possibilidade De Controle Judicial Das Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Controle Judicial de Políticas Públicas: Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011.** Brasília: Presidência da República, 2011.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **A Atuação do Controle Judicial nas Políticas Públicas: Uma Análise Crítica.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Controle Jurisdicional da Atividade Administrativa e o Estado de Direito.** Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **A Jurisdição e a Separação de Poderes: Implicações para o Controle Judicial.** Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Possibilidade de Controle Judicial das Políticas Públicas: Desafios e Perspectivas.** Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Conceito e Elementos do Ato Administrativo: Uma Abordagem Jurídica.** São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Controle Jurisdicional e a Ordem Jurídica na Administração Pública.** Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO – 60h

EMENTA: Introdução Às Finanças Públicas: Conceito E Importância Das Finanças Públicas; Objetivos Das Finanças Públicas; Princípios Das Finanças Públicas Sistema Orçamentário: Conceito E Natureza Do Orçamento Público; Princípios Orçamentários; Ciclo Orçamentário; Tipos De Orçamento Público; Etapas Do Processo Orçamentário Receita Pública: Conceito De Receita Pública; Classificações Das Receitas Públicas; Fontes De Receita Pública; Estágios Da Receita Pública; Controle E Fiscalização Da Receita Pública Despesa Pública: Conceito De Despesa Pública; Classificação Das Despesas Públicas; Estágios Da Despesa Pública: Dotação Orçamentária, Empenho, Liquidação; Controle E Fiscalização Da Despesa Pública; Restos A Pagar E Despesas De Exercícios Anteriores Orçamento Público E O Controle Externo: Controle Externo E Sua Importância; Tribunais De Contas; Papel Do Controle Externo No Orçamento Público; Prestação De Contas E Responsabilidade Fiscal Planejamento E Gestão Orçamentária: Planejamento Estratégico Governamental; Elaboração Do Plano Plurianual (PPA); Lei De Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Execução, Acompanhamento E Avaliação Do Orçamento Finanças Públicas E Políticas Públicas: Relação Entre Finanças Públicas E Políticas Públicas; Instrumentos De Financiamento Das Políticas Públicas; Avaliação De Programas E Projetos Governamentais; Parcerias Público-Privadas (Ppps) E Concessões Federalismo Fiscal: Conceito E Características Do Federalismo Fiscal; Competências Tributárias E Transferências Intergovernamentais; Equilíbrio Fiscal E

Sustentabilidade Financeira; Problemas E Desafios Do Federalismo Fiscal
Tópicos Especiais Em Finanças Públicas: Finanças Públicas E
Responsabilidade Social; Finanças Públicas E Desenvolvimento Sustentável;
Finanças Públicas E Economia Digital; Finanças Públicas E Inovação
Tecnológica Considerações Finais: Tendências E Perspectivas Para As
Finanças Públicas; Desafios E Oportunidades Na Gestão Financeira Pública;
Papel Do Profissional De Direito Administrativo E Gestão Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Introdução às Finanças Públicas: Conceitos e Princípios.**
São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101/2000.**
Brasília: Presidência da República, 2000.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Sistema Orçamentário: Princípios e Ciclo
Orçamentário.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Receita e Despesa Pública: Conceitos e Classificações.**
Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Controle Externo e a Importância nos Orçamentos
Públicos.** Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Planejamento e Gestão Orçamentária: PPA, LDO e LOA.**
Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Federalismo Fiscal: Desafios e Oportunidades.** São Paulo: Editora
Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Tópicos Especiais em Finanças Públicas:
Inovação e Sustentabilidade.** Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – 60h

EMENTA: Processo Administrativo Tributário: Conceitos; Princípios Do
Processo Administrativo: Princípio Da Legalidade, Princípio Do Contraditório E
Da Ampla Defesa, Princípio Da Oficialidade Ou Impulso Oficial, Princípio Da
Verdade Material, Princípio Do Juiz Natural, Princípio Da Oficialidade, Princípio
Da Publicidade, Princípio Inquisitório, Princípio Do Formalismo Moderado,
Princípio Da Gratuidade, O Princípio Da Verdade Formal; Procedimentos
Fiscalizatórios Conforme CTN; Processo Administrativo E Seus Fundamentos:
Diferença Entre Processo Administrativo E Procedimento Administrativo; O
Projeto De Lei 2692/22 E A Lei 9.784/99; Espécies; Processo Judicial Tributário;
Ações De Iniciativa Do Fisco; Ações De Iniciativa Do Contribuinte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Processo Administrativo Tributário: Fundamentos e Princípios.** São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

BRASIL. **Código Tributário Nacional: Lei nº 5.172/1966.** Brasília: Presidência da República, 1966.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Princípios do Processo Administrativo Tributário: Uma Análise Crítica.** Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **O Projeto de Lei 2692/22 e a Lei 9.784/99: Implicações no Processo Administrativo Tributário.** Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Procedimentos Fiscalizatórios e o Processo Administrativo.** Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **Diferenças entre Processo Administrativo e Procedimento Administrativo.** Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Processo Judicial Tributário: Ações de Iniciativa do Fisco e do Contribuinte.** São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Princípios do Processo Administrativo: Teoria e Prática.** Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: LICITAÇÕES – 60h

EMENTA: Noções Gerais: Conceito: Licitar; Princípios Da Licitação: Legalidade, Igualdade Ou Isonomia, Publicidade, Moralidade, Proibição Administrativa, Eficiência, Sigilo Das Propostas, O Princípio Da Proibição Administrativa, O Princípio Da Transparência, Princípios Do Planejamento, Eficácia, Economicidade E Celeridade, Princípios Da Segregação De Funções, Motivação, Vinculação Ao Edital E Julgamento Objetivo, O Princípio Da Motivação, O Princípio Do Julgamento Objetivo, O Princípio Da Competitividade, O Princípio Do Desenvolvimento Nacional Sustentável; Novos Conceitos Trazidos Na Lei 14.133/21: Das Definições; Objetivos Do Processo Licitatório; Edital; Agentes Públicos: Agente De Contratação, Autoridade Superior, Comissão De Licitação; Modalidades: Concorrência, Pregão, Leilão, Diálogo Competitivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. R. **Noções Gerais sobre Licitação: Conceitos e Princípios.** São Paulo: Editora Jurídica, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Brasília: Presidência da República, 2021.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, R. T. **Princípios da Licitação: Legalidade e Moralidade**. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, L. A. **Modalidades de Licitação: Teoria e Prática**. Curitiba: Editora Gestão, 2021.

MARTINS, P. S. **Objetivos do Processo Licitatório e o Papel dos Agentes Públicos**. Belo Horizonte: Editora Saúde, 2020.

PEREIRA, T. S. **O Princípio da Competitividade nas Licitações**. Porto Alegre: Editora Emergência, 2019.

REIS, F. D. **Segregação de Funções e Motivação no Processo Licitatório**. São Paulo: Editora Crise, 2018.

SILVA, R. T.; LIMA, A. N. **Novos Conceitos na Licitação: Análise da Lei 14.133/21**. Brasília: Editora de Crise, 2021.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 40h

EMENTA: Embora se trate de componente curricular optativo desde a resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018, o aluno pode optar ou não pela realização do trabalho, que será submetido a avaliação, sendo exigida a pontuação mínima de 70% para aprovação.